

Ciências e cientificismo em relação à identidade do povo brasileiro na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)¹

Ester Sanches RIBEIRO²

Thomás Augusto Santoro HADDAD³

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Discutimos alguns aspectos da presença das ciências na Revista do IHGB, problematizando o papel da imprensa e dessa revista em particular, bem como dos discursos cientificistas na formação de uma esfera pública brasileira nos tempos do Império, dando destaque às ideologias de uma elite preocupada com o “progresso” e com a definição de uma “identidade nacional”. Ambos dependeram, em grande medida, da domesticação, através do discurso científico, da alteridade representada pelas populações indígenas, tema recorrente nas páginas da Revista entre seu aparecimento, em 1839, e o advento da República meio século mais tarde. Apresentamos um estudo de caso, demonstrando como essas questões se revelam já em um dos primeiros artigos que a Revista publica sobre a questão, ainda em 1840, de autoria de um dos fundadores do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa.

Palavras-chave: Revista do IHGB; História da Imprensa; Cientificismo; Ideologia e esfera pública; Identidade nacional.

Introdução

Os discursos que entendem que há “raças superiores e inferiores” estruturam-se a partir de teorias evolucionistas e deterministas. No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, ganhou expressiva representação o darwinismo social, que pode ser dividido em duas escolas deterministas: a escola determinista geográfica e a escola determinista racial. Esta última entende que há raças superiores e inferiores e vê de forma pessimista a questão da miscigenação, entendida como uma forma de degeneração não somente biológica, mas também social. E a escola determinista geográfica propõe que o meio determina e condiciona todo o desenvolvimento social e cultural de um grupo de pessoas. (SCHWARCZ, 1993)

Os cientistas, antropólogos e estudiosos em geral, no Brasil oitocentista, se apropriaram desse tipo de teoria racial e determinista e as aplicaram à análise da realidade

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), e bacharel em Letras com dupla Habilitação em Português e Espanhol pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade (FFLCH/USP). Atualmente é bolsista de mestrado da CAPES. E-mail: ester.ribeiro@usp.br.

³ Professor Doutor II da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, e orientador no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da mesma instituição. E-mail: thaddad@usp.br.

do país, chegando a prever um futuro “melhor”, já que as raças inferiores existentes aqui sucumbiriam “naturalmente”, pois estavam fadadas a desaparecer. O fator do desaparecimento dessas “raças inferiores”, indígena e negra, está ligado ao contato delas com a “raça superior”, a branca, pois se acreditava que no caso de haver miscigenação iria prevalecer a raça branca após a terceira geração, resultante do “cruzamento” dessas “raças”. Daí resulta a crença de que haveria um futuro melhor para o País, um futuro branco e civilizado, a partir do “branqueamento” da população; isso influenciou, além de outros fatores, a política de imigração europeia ao Brasil no final do século XIX e início do XX. De certo modo, vê-se a defesa da miscigenação nesse tipo de pensamento, mas como algo passageiro, algo que culminaria em uma “raça purificada”.

Além dessa corrente de pensamento há outras ideias evolucionistas que circularam no país nesse período histórico por nós apresentado. Há ideologias que defendem a miscigenação e há outras que a condenam. Assim como há correntes ideológicas favoráveis e desfavoráveis ao darwinismo: “no caldeirão conhecido como 'darwinismo' confundiram-se as várias interpretações da ideia de evolução (...) no Brasil, a 'introdução e recepção' do darwinismo não foi diferente de tantos outros lugares - conviveram resistência e aceitação” (DOMINGUES; SÁ, 2003, p. 119).

Assim, no sentido compreender as teorias científicas que circularam na sociedade brasileira, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, segue-se nas próximas linhas um breve estudo sobre o lugar que, nesse período, a ciência ocupou no pensamento das elites brasileiras. Para isso apresentamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), símbolo cultural desse pensamento, e seu grande veículo de propagação, a revista do instituto, comentando as principais temáticas e o papel político e social das suas publicações. Também, apresentamos o conceito de esfera pública, já que se torna imprescindível o entendimento dessa noção para compreender o papel da ciência na sociedade, a partir da sua divulgação e vulgarização através dos meios de comunicação da época: jornais e revistas.

A formação e a atuação da esfera pública brasileira

Nessa parte nos preocupamos em esclarecer os termos “ideologia”, “opinião pública”, “esfera pública”, “espaços públicos”, “nação”, “modernização”, “civilização” e “identidade”, pois o entendimento deles é importante para compreender como se constrói uma opinião hegemônica no seio da sociedade e ela própria é construída, levando-se em

conta o contexto cultural e os interesses em jogo. Devemos entender que o movimento de constituição de uma identidade nacional com a construção e reconstrução da sociedade é dialético, pois são os mesmos sujeitos identitários, moldados pela cultura do seu meio social, que depois vão agir sobre ela dando-lhe novas formas e características.

Seguindo essa linha de pensamento, a pesquisadora Bethania Mariani propõe o estudo e a análise do discurso da imprensa, porque são importantes para a construção e o entendimento da história de uma sociedade: “o discurso jornalístico integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade”. (MARIANI, 2003, p. 33)

Objetivamos entender como o discurso da imprensa e os conhecimentos e saberes circularam pelo Brasil ao longo de sua história, com ênfase no século XIX, e, assim, compreender como se formou a esfera pública do país e como as ideologias acerca de cientificismo e ciência ganharam destaque na sociedade, influenciando a opinião pública a acreditar que a ciência poderia ser a chave para a resolução dos problemas da nação.

Com a chegada de D. João XVI a imprensa surge no Brasil por iniciativa oficial da Corte; instalada no Rio de Janeiro no dia 31 de maio de 1808, fica conhecida como “Impressão Régia”, responsável por imprimir todas as legislações, papéis diplomáticos e o que a Corte autorizasse. Competia aos responsáveis pelas impressões “examinar e fiscalizar tudo o que seria impresso e não permitir que nada fosse contra a religião, o governo e os bons costumes” (SODRÉ, 1999, p. 19). Isso significa que os impressos que circulassem pelo Brasil na época precisavam passar pela avaliação de uma censura prévia.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico impresso no Brasil, publicava o que ocorria na Europa, sobre a saúde da realeza, dias natalícios, documentos de ofício e publicações relativas à Corte. Jamais publicava notícias de sedições e revoltas ou que remetessem à “democracia” e crises ou reclamações sobre o governo. Desse modo, percebe-se que esse tipo de imprensa não favorecia o nascimento e crescimento de uma opinião pública relativamente independente, e tampouco de uma esfera pública no país, já que essa gazeta não favorecia a discussão de ideias, o debate de opiniões e o questionamento do fazer político e social do país.

A partir de 1811 surgiram outros jornais no Brasil; alguns de apenas alguns meses, já outros com mais de 10 anos de duração. Esses periódicos falavam sobre cultura ou literatura e publicavam as notícias oficiais, “louvando” o país; eram dirigidos, em geral, por representantes da Monarquia. Chamou-se “Imprensa Áulica” e, como dito, o governo

vigente controlava e até mesmo financiava esse tipo de publicação, tanto no Brasil como no exterior, de modo que os jornais que apresentassem críticas ao governo ou publicassem qualquer opinião e informação que soassem como desobediente às condições de publicação, as autoridades oficiais impediam a sua circulação e perseguiram seus autores, assim como perseguiram as pessoas que os vendessem ou os mantivessem em seu poder, ou seja, tratava-se de uma imprensa censurada e controlada pelo poder oficial, incapaz, assim, de interferir nos espaços públicos para promover o debate político e social. Dessa maneira, ainda não temos uma esfera pública do Brasil, tampouco temos vozes expressivas exercendo e influenciando a opinião pública.

Com o advento da Independência do Brasil o número de oficinas de impressão e de livrarias cresceu e estas passaram a vender muitas obras de autores iluministas e sobre economia e política, pois a camada culta estava ansiosa por informar-se e o livro passou a ser visto como um produto necessário e de prestígio. A própria leitura e o ato de saber e aprender foram entendidos como legitimadores da Independência do país. Em 1826, com a instalação da Assembleia Geral, Senado e Câmara, foram criadas condições para a imprensa opinar e discutir acerca de questões políticas.

Com isso, o monarca fez circular, como nas fases anteriores, “jornais do governo” para, também, influenciar a opinião pública, que já estava aparecendo no país, assentada em uma esfera pública que agia nos espaços públicos. Assim, o governo tratou, também, de influenciar a opinião da sociedade reforçando a imprensa “oficiosa”, colocando ao alcance do público um número de jornais conservadores.

Essa imprensa representa os interesses políticos e é utilizada para a manutenção do poder e da legitimidade desses interesses. Acompanhando o pensamento do sociólogo alemão Niklas Luhmann, percebemos que não necessariamente os meios de comunicação apresentam uma exigência de construção da realidade e, quanto a isso, é preciso entender que “cada comunicação contribui basicamente para a construção da realidade naquilo que ela pode aproveitar e naquilo que ela deixa ao esquecimento”. (LUHMANN, 2005, p. 167) Essa imprensa, como já observado, ligada ao poder político, não cria condições para a implantação de uma verdadeira esfera pública, colocando em pauta as questões de discussão.

Criam-se em 11 de agosto de 1827 os cursos jurídicos no Brasil, transformando a pacata São Paulo em uma cidade agitada e influente por causa da formação de uma esfera pública a partir da participação dos estudantes do curso de Direito nos debates sobre as

principais questões do país que circularam na imprensa brasileira desse período. Assim, a partir da década de 30 do século XIX, a cultura, a participação política e a imprensa se desenvolveram em São Paulo cada vez mais.

É notável nesse período a união entre imprensa e literatura, que se firma no século XIX e segue até o próximo. Antes, o espaço para a literatura era apenas em revistas especializadas e de vida curta, não havendo essa consolidação. Nessa nova fase da imprensa os homens das letras faziam os jornais e, também, o teatro. Exemplos de alguns homens das letras dessa época são os românticos Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar e Machado de Assis. São nomes da literatura brasileira do século XIX que publicavam seus escritos nos jornais e contribuíam com escritos de teatro também

Nesse mesmo período percebe que uma esfera pública política, social e literária já se formara e estava estruturando-se à medida que o século avançava. Essa esfera pública composta por estudantes de Direito, no caso de São Paulo, de literatos e jornalistas se reunia nos cafés e confeitarias para discutir seus assuntos prediletos: literatura, política, as reformas, entre outros. E esses homens estão envolvidos com a imprensa, isto é, eles faziam a imprensa.

Sobre a participação dessa esfera pública, representada pela imprensa, em relação às inquietações e reivindicações populares, Machado de Assis publica no *Espelho*, em outubro de 1859, artigo que mereceu o seguinte comentário de Werneck Sodré: “Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. (...) E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *status quo* de todos os falsos princípios dominantes”. (SODRÉ, 1999, p. 233)

Nota-se que o papel que a imprensa ocupa na sociedade é de destaque, pois a influencia diretamente, e essa influência cresce cada vez mais. Esse papel e poder, desempenhado pelo jornal, se esclarece em algumas ideias de Michel Foucault para o estudo da linguagem. Comentando as ideias desse autor, Helena N. Brandão afirma:

[...] o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois um sujeito fala a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, é gerado de poder. Sendo que a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder (BRANDÃO, 1995, p. 31).

Percebe-se, a partir dessas ideias de Foucault, como a imprensa ocupava, e até hoje ocupa, um lugar de autoridade⁴, figurando como detentora de saberes, de verdades, de informações que a sociedade acredita, ou foi induzida a acreditar ao longo da história, que precisa saber. E esse discurso que é dotado de poder, não por ser necessariamente verdadeiro, mas por ser legitimado pela instituição que o distribui, depois de filtrá-lo e moldá-lo segundo os seus interesses, termina por legitimá-la e autorizá-la (essa instituição), num “jogo” dialético e infinito, a permanecer ocupando esse lugar de poder.

Esses discursos circulam na esfera pública, representando-a e influenciando-a; assim esse conceito, desenvolvido pelo sociólogo e filósofo Jürgen Habermas⁵, ocorre como esclarecedor de algumas questões acerca da sociedade e de como ela se posiciona frente aos conhecimentos e saberes veiculados em seu seio. Assim, refletir sobre a esfera pública é essencial quando estamos levando em conta que nos espaços públicos da sociedade há debate e posicionamento políticos e sociais, em que os cidadãos exercem uma opinião pública acerca do que ocorre à sua volta.

No caso da sociedade brasileira do século XIX, ocorre a formação de uma esfera pública quando é possível que os cidadãos atuem nos espaços públicos, posicionando-se frente às ideologias e debates acerca de quaisquer questões que afetem suas vidas. Evidentemente, isso ocorre no Brasil oitocentista de maneira muito parcial, por meio da imprensa que publica notícias, ideias e críticas acerca do poder vigente, no sentido de questionar e exercer uma opinião frente a um público que está muito distante de representar a totalidade dos atores sociais. Essa imprensa possui grande influência, e uma opinião pública (ainda muito restrita a certos grupos, vale insistir) passa a existir e a ser exercida no país: “é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública*” (MOREL; BARROS, 2003, p. 17).

Desse modo, as noções de esfera pública e opinião pública são conceitos teóricos importantes para se pensar a atuação dos meios de comunicação ao longo do século XIX no seio da sociedade brasileira.

⁴ Não somente a imprensa ocupava um lugar de autoridade e de controle; também se revestiam desse poder o exército, o governo, a Igreja, e, particularmente, a ciência.

⁵ Entendemos que a noção de esfera pública, desenvolvida por Habermas, contribui aos estudos do discurso cientificista, uma vez que as personagens envolvidas nessa esfera pública, os próprios cidadãos, podem exercer uma opinião pública, se posicionar diante desses “discursos circulantes” na sociedade. É essa ação de os cidadãos, atores privados, participarem de assuntos públicos a serem discutidos e pensados pela esfera de poder político, os atores públicos, que se pode entender como a esfera pública de uma sociedade. Também, como constituintes dessa mesma esfera pública, estão os que veiculam os discursos nos meios de comunicação, isto é, os jornalistas. Eles falam de uma esfera pública para ela mesma, dada a posição de autoridade que ocupam por representarem um meio de poder (a imprensa) que tem seus discursos legitimados e aceitos, dentro dessa esfera pública, como verdadeiros.

Já a ciência e os discursos científicas, além de circularem nos incipientes espaços científicos institucionais, circulam, também, entre os atores “leigos” que participam daquela reduzida esfera. Isso se dá pela divulgação e vulgarização das ciências em revistas e nos periódicos em geral. Como exemplo de um espaço de vulgarização das ciências, citamos a *Revista Brasileira*⁶ como fonte de divulgação (e vulgarização) do científico, seja em forma de ensaios, de relatos de viagens, de relatórios, entre outros. Assim, essa revista, circulando pela elite brasileira finissecular, funcionava como meio de divulgar a ciência e nisso se percebe como esta se utilizou da imprensa para se “apresentar” à sociedade e como a imprensa também se utilizou daquela para se legitimar, enquanto propagadora de “verdades” e de discursos ideológicos acerca de questões raciais e da identidade brasileira.

Ciências e Cientificismo no Brasil

*“[...] só a ciência se impõe a todas as cabeças; só ela tem o maravilhoso dom de converter o mais completo selvagem em um perfeito civilizado; só ela tem o soberano privilégio de reunir em torno de si todas as opiniões”.*⁷

Sabemos que os estudos científicos e o lugar que a ciência ocupou na sociedade brasileira possuíram uma importância e uma relevância bastante destacadas no século XIX, com ênfase em seu final, em que ela figurou como a chave para a resolução de muitas questões que eram percebidas como problemas sociais, culturais, políticos e econômicos.

No campo dos problemas sociais, culturais e políticos temos, destacadamente, as questões da definição da identidade/nacionalidade do povo, ou seja, a resposta para a pergunta sobre o que era ser um brasileiro, e do lugar que o país ocupava no mundo, que na segunda metade do século XIX já estava na era do acirramento da competição capitalista imperial. Já no campo dos problemas econômicos, em um tempo de preocupação quase obsessiva com “modernização” e “progresso”, a ciência como sinônimo de técnica surge como o meio que iria levar o Brasil a uma sociedade capitalista, evoluída e moderna, ou seja, que se utiliza da tecnologia para melhorar a produção de alimentos e para o seu transporte, por exemplo. Enfim, para a “universalização” do país aos moldes europeus a ciência teria um importantíssimo papel.

Ao longo do oitocentos, a ciência ganhou um relevo incomparável nos anseios sociais das elites. Essa sua supremacia se deu, principalmente, pelo fato de ela desfrutar de

⁶ Informações sobre essa revista e como a noção de ciências figurou no Brasil do final do século XIX estão no texto de Moema de Rezende Vergara “Ciência e literatura: a *Revista Brasileira* como espaço de vulgarização científica”.

⁷ Pereira Barreto, citado por Roque Spencer Maciel de Barros, *Obras Filosóficas de Luis Pereira Barreto*, São Paulo, EDUSP/Grijalbo, 1967, p. 139.

um status de verdade, objetividade e imparcialidade nas suas investigações e descobertas; por isso sua importância e influência cresceram muito nesse período citado. Sabemos, evidentemente, que a presença das ciências no Brasil não data desse período. Conforme escreve Maria Amélia Dantes, “desde 1500 aconteceram atividades científicas no Brasil: viagens exploratórias, com registros sobre a flora e a fauna locais; estudos sobre a cultura e as línguas indígenas; realização de observações astronômicas por jesuítas aqui sediados, entre outras” (DANTES, 2005, p.26).

Essas foram algumas das muitas atividades científicas que foram realizadas no Brasil do período colonial. Destacamos o final do século XVIII e a contribuição das ideias iluministas que influenciaram metrópoles como Portugal, a Espanha, a França e a Inglaterra a “incorporar práticas científicas em suas políticas coloniais. Foram realizadas expedições que, além de cumprirem objetivos militares, realizaram amplos levantamentos dos recursos naturais coloniais” (DANTES, 2005, p.26). No entanto, essas práticas trataram-se de “atividades esparsas” realizadas por parte das elites brasileiras que não tiveram maior continuidade como propõe a mesma autora.

Já no Segundo Reinado, as ciências atuaram tanto como o instrumento de descobrimento e exploração dos recursos naturais e da cultura dos povos nativos, como via de “universalização” do país aos moldes europeus. A “universalização” do país viria para modernizá-lo e alçá-lo, no contexto internacional, como um país reconhecidamente civilizado, moderno e desenvolvido. Essa iniciativa é resultante da identificação, por parte da elite, do Brasil com a Europa e a sua cultura; assim, a identidade do brasileiro deveria ser a europeia, pretensão bastante difícil para o período já que o país estava “infestado”⁸ de índios e negros.

Assim, a ciência foi utilizada como a chave para resolução desta “questão nacional”: tornar o Brasil reconhecidamente civilizado, moderno e desenvolvido; também foi utilizada para o fortalecimento do “Estado Nacional” enquanto “um Estado iluminado, esclarecido e civilizador” (GUIMARÃES, 1988, p. 10).

No Brasil do período republicano (República Velha) a ciência, também, atuará no sentido de fortalecer esse regime político, pois a mesma “questão nacional” ainda está em jogo e as práticas científicas e as teorias científicas possuem o mesmo papel explicador, norteador da sociedade (elites) quanto à identidade nacional e a seu desejo de identificação do país com as nações europeias, nos âmbitos cultural, social, político e econômico.

⁸ Essa expressão fazia sentido para a época em que se acreditava que o atraso do país se devia aos negros e índios existentes aqui, considerados inferiores do ponto de vista físico, cultural e intelectual.

Nesse contexto, a urgência da civilização e modernização do Brasil foi maior, já que o país foi considerado atrasado em todos os âmbitos citados acima. Isso estaria relacionado, nas percepções da época, ao desconhecimento da natureza do país e do seu povo, geográfica, social e culturalmente falando, e também pelo fato de o Brasil não estar urbanizado e não ter seu sistema de transporte modernizado.

Como se percebe, o papel da ciência é bastante semelhante nesses dois períodos políticos, o Segundo Reinado e a República Velha; também são semelhantes as iniciativas para a institucionalização das ciências no país, como a criação de institutos ligados a questões de saúde pública, escolas politécnicas e agrícolas, museus de história natural, expedições geográficas e missões que visavam estabelecer contato com populações indígenas.

Apresentamos, abaixo, para objetivar nosso estudo do lugar ocupado pela ciência na cultura da elite do Segundo Reinado, o “projeto nacional” representado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), e algumas teorias evolucionistas que encontraram destaque nas páginas de sua revista.

O IHGB: ciência e projeto de nação nas páginas de uma revista da elite imperial

O IHGB foi criado em 1838, um ano antes de se iniciar o Segundo Reinado, e as iniciativas para que este instituto crescesse e ganhasse destaque no campo científico foram tomadas por D. Pedro II, um monarca participativo nos assuntos científicos do país, principalmente a partir da segunda metade do século XIX: “havia instituições científicas no país, e uma das preocupações do governo imperial após 1870, foi de modernizá-las e colocá-las em padrões reconhecidos internacionalmente. Nestes anos, foram criados novos espaços de pesquisa científica” (DANTES, 1993, p. 383).

O segundo imperador acompanhou e incentivou a produção científica no país, financiando e premiando pesquisas, estimulando a contratação de pesquisadores, ou participando de sessões científicas e conferências, entre outras ações. Com o IHGB não foi diferente, como Manoel Salgado Guimarães coloca:

Cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX. Tendo em vista que, para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras, pode-se avaliar como decisiva a ajuda do Estado para sua existência material (GUIMARÃES, 1988, p. 9).

A partir dessas informações pode-se perceber realmente como foi decisiva a participação do governo para que a pesquisa fosse realizada no país; também se percebe como que o conhecimento científico tornou-se decisivo para que o governo imperial se fortalecesse interna e externamente. O conhecimento científico fortalece o governo, pois a elite valoriza o conhecimento e a ciência e necessitava de uma imagem positiva do país no exterior para se enxergar como europeu. O conhecimento da geografia do país favorecia a delimitação das suas fronteiras e a conquista de mais terras para ocupar e produzir, e o conhecimento da cultura e do povo brasileiro contribuíam para a escrita de uma certa história do Brasil. A escrita da história do país se tratava particularmente de uma “questão nacional”, pois revelaria e delimitaria, teleologicamente, a identidade do brasileiro. Uma identidade que nos parece um tanto forjada, já que a intenção era que fosse colocada nos padrões europeus. Assim, para a realização desse projeto nacional, estava o IHGB direcionado e responsabilizado. Então, segue-se nas próximas linhas uma breve apresentação das principais pesquisas e do perfil dos pesquisadores que estavam ligados ao IHGB durante o Segundo Reinado.

Inicialmente, o IHGB priorizou a tarefa de coletar materiais e armazenar documentos históricos, a partir de viagens científicas e levantamentos em antigos arquivos que objetivavam desvendar o Brasil em sua geografia, sua cultura e sua população. Após sua reinstalação material em 15 de dezembro de 1849, no Paço Imperial, o Instituto passou a dar prioridade a trabalhos inéditos na área da história, da geografia e da etnografia, e o parâmetro para a admissão dos membros passou a ser a ligação do pesquisador a um desses campos de trabalho (GUIMARÃES, 1988).

Tanto no período imperial como na Primeira República os pesquisadores que contribuíam com os trabalhos publicados na Revista do IHGB faziam parte da reduzida elite letrada. No primeiro desses períodos, os autores faziam parte da chamada elite imperial, composta por “participantes do clero (cônegos, padres, freis), como também portadores de título de nobreza, como o Barão de Antonina, o Visconde de Porto Seguro e outros, além de militares membros da guarda nacional com título de general, major, tenente, etc.” (MOTA, 2006, p. 128)

Ao longo de todo o século XIX, a temática indígena está presente de maneira incessante nas páginas da Revista, desde que começou a ser publicada, em 1839. O interesse por esse tema vem ao encontro da questão nacional de escrita da história e de definição da identidade brasileiras. Também há outros interesses políticos com relação a

esse assunto: delimitar as fronteiras do país, conseguir mão de obra e fortalecer o Estado nacional. Para isso seria necessário domesticar os indígenas, já que muitos grupos habitavam terras de interesse da coroa e das elites associadas; havia um interesse em fazê-los trabalhar no lugar dos escravos que cedo ou tarde seriam emancipados. Assim, essas políticas de “inclusão” do indígena fortaleciam o poder do Segundo Reinado pelos motivos acima elencados: uso da mão de obra do índio, ganho de novas terras para ocupação e exploração pela elite rural brasileira, e delimitação do território nacional por meio do estabelecimento de fronteiras e ocupação e aproveitamento de terras nas áreas fronteiriças.

Esse fortalecimento do Império colocava-se em oposição ao percebido “caos” das repúblicas vizinhas. A essa altura os países da América Latina, vizinhos do Brasil, viviam regimes republicanos, e interessava ao governo e à sua elite letrada, pertencente ao IHGB, mistificar a república como caos e atraso e o Império brasileiro como ordem e progresso:

[...] externamente define-se o ‘outro’ desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie (GUIMARÃES, 1988, p. 9).

Como podemos observar nesse trecho, as repúblicas vizinhas são consideradas o “outro”, inimigo da nação, mas quanto ao “outro” interno, o inimigo da civilização, da ordem e do progresso da nação brasileira, está o indígena e o negro. Nesse momento o índio ainda poderia ser incluído segundo os interesses da coroa; as políticas indígenas na verdade eram políticas para os brancos. Diante disso, entendemos, então, que o Estado nacional é excludente de outras populações que não as brancas.

E, na legitimação dessa exclusão, está mais uma vez a ciência a serviço da elite “ilustrada” do Brasil:

A perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológica e relativos às línguas dos indígenas brasileiros pode ser explicada a partir da própria concepção de escrita da história partilhada pelos intelectuais que a integravam. Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo. Neste sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a dos indígenas existentes no território –, cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada. Por outro lado, este mesmo instrumental capacitaria o investigador da história brasileira a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização (GUIMARÃES, 1988, p. 11).

Optamos por apresentar nas palavras de Manoel Salgado Guimarães, em seu reconhecido estudo acima citado, como se deu essa concepção do branco civilizador, empenhado em pesquisas que explicitassem a inferioridade do indígena e a necessidade da elite letrada e rural de civilizá-lo e domesticá-lo.

De modo resumido, apresentaremos os principais temas relacionados às populações indígenas. Para isso utilizaremos o estudo de Mota (2006). Em primeiro lugar, devemos notar que, nos textos sobre os indígenas publicados na Revista do IHGB entre 1839 e 1889, comparecem pesquisas sobre cerca de 200 etnias. A importância de cada grupo e a intensidade nas suas relações interculturais com as populações brancas influenciam o número de estudos relacionados a cada um. Os assuntos são diversos, mas giram, em geral, em torno das “relações interculturais estabelecidas entre os europeus e as populações indígenas do Brasil” (MOTA, 2006, p. 133).

Os principais assuntos são a “etnografia”, que revela costumes de vida de grupos indígenas abordando aspectos das relações interpessoais existentes nesses grupos, suas formas de governo, leis, crenças, línguas e costumes, entre outros aspectos da cultura dos índios; a “catequese e civilização” é um assunto muito recorrente também:

São artigos que discutem o papel das missões jesuíticas na conversão e civilização dos indígenas e vêem na catequese a melhor forma de tratar as populações indígenas, pois ela, em contraposição à força, à guerra e à violência, seria o meio mais adequado para transformar os índios em brasileiros (MOTA, 2006, p. 135)

Além desses assuntos citados há ainda artigos que tratam de “demografia”, “mitos e lendas”, “biografias”, “estudos comparativos”, “arqueologia” e “interpretações historiográficas e etnográficas”. São todos temas que se preocupam em conhecer os indígenas em sua organização social e sua cultura e a interação destes com os europeus que chegaram ao Brasil desde o período da colonização. Há opiniões acerca da integração do índio no povo brasileiro, pois eles podiam ser civilizados e catequizados, mas há controvérsias em torno dessa opinião, já que havia grupos da elite que acreditavam que os indígenas eram incapazes de sair do seu estado, considerado como primitivo e bárbaro; também acreditavam que os indígenas desapareceriam do solo brasileiro, pois sucumbiriam ao contato com os europeus, um grupo civilizado e superior. Acreditava-se nisso, pela crescente circulação no país de doutrinas evolucionistas que pregavam que existiam “raças superiores” e “raças inferiores”, e na escala evolutiva estava o branco europeu no topo, deixando para trás todas e quaisquer outras “raças”: negros, indígenas e os miscigenados.

Análise de um artigo da Revista do IHGB

Propomos uma breve análise de um artigo publicado no segundo tomo da RIHGB com a intenção de apresentar, nas próprias páginas da revista, as ideologias acerca da construção da identidade brasileira e as preocupações com o futuro da nação.

Neste texto, de título “Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões (...)”, do cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB, são apresentados motivos para a domesticação dos índios por meio da catequese. Os argumentos giram em torno da oposição desse método em contraposição ao método militar de civilização por meio das armas.

O texto não utiliza argumentos científicos, tampouco engrandece a ciência como a chave para a resolução do proposto; trata-se de um texto de um homem religioso que entende que a maneira mais eficaz para civilizar os indígenas está na catequese, ou seja, que entende que a religião é a resposta ao que se propõe: “Sou de opinião que a catequese é o meio o mais eficaz, e talvez único, de trazer os Indios das barbaridades de suas brenhas aos commodos da sociabilidade” (RIHGB, 1840, p. 3 e 4).

Na verdade o analisamos para ilustrar a presença das doutrinas científicas por meio dos signos presentes no discurso do cônego; esse discurso expressa a inferioridade dos indígenas em relação aos portugueses, entende que o índio é um bárbaro que precisa ser domesticado e direciona essa missão aos brancos de origem europeia, de preferência os missionários religiosos. Nesse trecho citado acima, fica evidente essa ideologia civilizacional e a crença de que essa nobre missão é de responsabilidade dos povos civilizados.

A defesa da opinião do autor de domesticar com a doçura da religião os indígenas, não foi interpretada por nós como sendo fruto da bondade dos religiosos que saíram na defesa dos indígenas, pelo menos o texto não evidencia isso. O que fica evidente, segundo nossa interpretação, é um embate de forças da religião frente ao exército; no momento não nos interessa apresentar o porquê dessa polarização de forças, nem apresentar quem venceu, mas colocar que os indígenas, na verdade, não tiveram defensores em sua causa: se proteger da destruição de suas vidas e da sua cultura; da sujeição aos invasores de suas terras.

Interessa-nos evidenciar, por meio de um texto da RIHGB, a forma que os indígenas foram tratados pelos empreendimentos militares e como eram vistos de modo inferiorizado. Seguem alguns trechos do texto analisado que demonstram isso: “O escriptor que apresentasse um plano bem concertado, para trazer ao gremio da nossa sociedade tantos

homens perdidos para ella mereceria uma estatua” (RIHGB, 1840, p. 3). Há presente nesse trecho o entendimento de que os indígenas estavam perdidos e a sua salvação partiria de um homem letrado, da elite. Outros trechos com esse tipo de ideologia e com palavras que demonstrem que os índios são incivilizados, seguem nas próximas linhas: “...a cathequese é um meio efficaz da civilisação dos nossos bárbaros” (RIHGB, 1840, p. 4)/ “a fatal desconfiança em que vivem (...) os faz sempre estar aparelhados para se vingarem de tantas perfídias nossas” (RIHGB, 1840, p. 8 e 9)/ “povos tão distantes na escala social (...) curteza de suas ideias (...) homens brancos” (RIHGB, 1840, p. 14)/ “vida errante e selvagem” (RIHGB, 1840, p. 16)/ “Também muito aproveitará que os officiaes de officinas se casem com Indias, e os Indios com as filhas desses officiaes” (RIHGB, 1840, p. 17).

[...] quasi todas as Nações Indias encontradas na terras comprehendidas entre o Amazonas e o Prata, se devem considerar como compostas de homens apenas sahidos das mãos da natureza: acostumados a sustentar-se dos fructos que encontram em suas divagações, da caça e da pesca, onde mais abundantes se lhes offerecem, sem domicilio certo, sem patria, sem leis, sem vestigios de qualquer civilisação (...) Que cumpro pois fazer em tal caso? Aproveitar, do modo possível, e com toda a prudência, esses filhos das brenhas, proporcionando-lhes trabalho um trabalho compativel com os seus habitos de vida, e empregando ao mesmo tempo o mais desvelo na educação de seus filhos, nos quaes se deve firmar a maior esperanza da desejada civilisação (RIHGB, 1840, p. 5).

Há nesses trechos presentes no texto em análise diversas colocações que evidenciam a ideologia da missão do elemento branco, principalmente do elemento religioso, de civilizar os índios perdidos em seu barbarismo. Também fica evidente certa falta de conhecimento desses ideólogos, pois o autor do texto propõe que maior parte dos indígenas vivia sem leis, sem trabalho, sem religião, sustentando-se da natureza, levando vida errante. Para aproveitá-los seria necessário, a partir dessa concepção, dar-lhes uma ocupação, uma religião, uma cultura, enfim, civiliza-los. Também urgia branqueá-los, a partir do cruzamento das suas raças com os brancos aqui existentes.

Considerações Finais

Propusemos nesse artigo a apresentação, no contexto do século XIX, com ênfase ao seu final, da formação da esfera pública brasileira e sua atuação e também a principal missão do IHGB e sua revista científica, com vistas a entender como as ciências e o cientificismo influenciaram a sociedade com sua ideologia de que as ciências e o cientificismo poderiam resolver os problemas da sociedade brasileira, como a urgência da definição de uma identidade nacional em conformidade com a cultura europeia, a crescente necessidade de industrialização, urbanização, modernização do país. Enfim, a definição da

identidade brasileira como europeia e a sua configuração enquanto nação de poderio científico, capital e industrial “universalizaria” o país. Para isso, urgia tirar o Brasil do atraso mesmo que destruindo milhares de vidas como as vidas dos indígenas que foram ceifadas ou submetidas à obediência e trabalhos forçados. Interessa-nos nesse artigo, expor como deu esse processo e o papel das ciências, das teorias científicas e da esfera pública como formadoras de opinião na sociedade brasileira do período oitocentista.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. “Universalismo e ciência no Brasil no final do século XIX” IN: LAFUENTE, A. *et al.* (eds.), **Mundialización de la ciencia y cultura nacional**. Madrid: Doce Calles, 1993, p. 377-389.

_____. “As ciências na história brasileira”. **Ciência e Cultura (SBPC)**, São Paulo, v. 57, n.1, p. 26-29, 2005.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. “Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX”. In: Heloísa Maria Bertol Domingues. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 97-123.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública** / Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo, Paulus, 2005.

MARIANI, Bethania S C. “Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória” In: Eni P. Orlandi (org), **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2003.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Lucio Tadeu. “A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889)” **Diálogos (DHI/PPH/UEM)**, v.10 n.1, p. 117-142, 2006.

REVISTA DO IHGB (RIHGB), TOMO 2, 1840. Acessada em julho de 2014: www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1840t0002.pdf

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Werneck Nelson. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.